



ATA DA 40ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2026, às 14h, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente na sala de reunião da Secretaria de Planejamento Urbano, localizada no prédio da Prefeitura de Mauá. Estiveram presentes: José Rogério Moreira Santana, Ema Del Carmen A. Silva Ferreira, Roberto Bergamaschi, João Sandro dos Santos, Waldecir Gonçalves Soares, Liliana Rondelli Fuentes, Patricia Martin Alves Barbosa, Renato da Silva, Maria Mônica M. dos Santos e como convidados o servidor Everaldo de Moura, técnico ambiental e representante do Fundo de Meio Ambiente e as servidoras Cilene Cristina Alencar dos Santos, gerente de Educação Ambiental e Políticas Públicas e Pollyana Ferreira da Silva, engenheira sanitaria e integrante da Gerência de Educação Ambiental.

O conselheiro Roberto Bergamaschi deu início à reunião informando que o Sr. Rogério chegaria em breve. Informou que a servidora Pollyana poderia iniciar sua apresentação sobre o Plano Municipal de Educação Ambiental, primeiro item da pauta.

Pollyana iniciou sua apresentação informando que o Plano Municipal de Educação Ambiental contou com a colaboração de membros do grupo de elaboração, composto por representantes da Secretaria de Meio Ambiente, e que começou a ser elaborado no ano de 2023. Esclareceu ainda que há um processo administrativo que acompanha sua elaboração e que, atualmente, o Plano já passou por todas as fases administrativas, encontrando-se na etapa de atos administrativos, no âmbito da Secretaria de Governo, estando próximo de ser encaminhado à Câmara Municipal para apreciação e aprovação nas próximas sessões.

Destacou que a proposta do Plano é definir e estruturar as atividades de Educação Ambiental no município para o período de quatro anos. O Plano contempla a caracterização do município de Mauá, abordando aspectos como clima, relevo, solo, hidrografia e vegetação, caracterização econômica, escolaridade e saúde. O Plano também apresenta um histórico da educação ambiental em Mauá, registrando que a primeira atividade ocorreu no ano de 1994, com alunos de uma escola municipal na Gruta Santa Luzia, bem como menciona marcos históricos do processo vivenciado pelo município. Consta, ainda, a



FOLHA DE INFORMAÇÃO

continuidade de projetos como “Olho Vivo”, “Observando os Rios”, “Cidade Educadora”, “Portas Abertas”, “Mauá Recicla” e “Troca Verde”, evidenciando a evolução da educação ambiental no município.

O Plano também contempla um diagnóstico destinado a identificar a abrangência das atividades de educação ambiental, elaborado por meio de um questionário aplicado entre os anos de 2021 e 2022, com 166 participantes. A pesquisa abordou questões relacionadas à percepção da população acerca da educação ambiental nas regiões de planejamento, entre outras questões propositivas sobre temas ou atividades existentes, bem como a participação da população. A pesquisa recebeu o título de “Diagnóstico de Educação Ambiental do Município de Mauá”. Também foi informado que o Plano possui arcabouço legal voltado à educação ambiental, baseado nas políticas nacional e estadual, além de questões pontuais do município como a “Semana de Trabalho Voluntário do Meio Ambiente” e a “Comissão Intersetorial de Educação Ambiental”.

No que se refere aos princípios, o Plano está baseado na Lei nº 9.795/99, adotando enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade; a vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais; a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; a permanente avaliação crítica do processo educativo; a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; e o reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Como objetivos, o Plano estabelece incorporar princípios e atitudes que favoreçam um ambiente saudável e sustentável; o incentivo à emancipação humana como condição de autorrealização; integrar o programa de educação ambiental ao projeto público pedagógico das escolas, fortalecendo a interface entre as ações de meio ambiente e a educação formal; incorporar o ensino de valores voltados a um futuro sustentável; trabalhar a educação ambiental voltada aos princípios de uma cidade educadora; e inserir a educação ambiental em relação às políticas públicas em desenvolvimento no município.

Pollyana acrescentou informações sobre a questão do programa “Cidade Educadora”, destacando que se trata de um programa entre secretarias do qual o município participa e que possui ligação com a Educação Ambiental. Ressaltou que a proposta coloca a educação



FOLHA DE INFORMAÇÃO

de maneira mais plural, em todos os ambientes e de todas as formas, entendendo a cidade como um espaço educativo aberto à aprendizagem em diferentes contextos e funções desenvolvidas no cotidiano urbano, como, por exemplo, aprender a atravessar a rua com segurança ou realizar o descarte correto do lixo.

Em seguida, foi apresentado que o Plano Municipal de Educação Ambiental possui entre suas metas e estratégias integrar ações de educação ambiental entre o poder público e a sociedade civil. Entre as ações previstas estão a realização de reuniões regulares da Comissão de Educação Ambiental e reuniões itinerantes nas regiões de planejamento do município. Outra proposta mencionada foi o cadastramento das ações de educação ambiental do município em plataforma digital, bem como outras metas que deverão ser cumpridas anualmente. Também foram destacadas metas relacionadas à formação contínua dos educadores ambientais e à elaboração de conteúdos programáticos para a educação formal, incluindo a proposta de elaborar um conteúdo mínimo a ser ministrado nas escolas de ensino fundamental, além da publicação de planos de aula com temáticas ambientais. Entre as iniciativas previstas estão a criação e estruturação de Centros de Educação Ambiental de forma organizada e descentralizada e a comunicação das atividades de educação ambiental e divulgação dos resultados por meio da criação de boletins informativos com as ações desenvolvidas no período. O Plano também prevê a publicação de informativos e materiais didáticos que envolva a temática ambiental, além da realização de campanhas como a de prevenção a incêndios, qualidade do ar, destinação correta de resíduos, preservação de córregos e nascentes e uso racional da água, com desenvolvimento de atividades e eventos segundo o calendário ambiental municipal.

Foi mencionado que o Plano prevê atividades temáticas para cada eixo ambiental, como água e ar. Referente ao eixo da água citou como exemplo a campanha de uso racional da água que inclui descrição das atividades, como campanhas de esclarecimento sobre os benefícios ambientais do uso correto da água potável, do sistema de distribuição ao consumidor final, periodicidade, público-alvo, ferramentas necessárias e a secretaria ou entidade responsável. Outro exemplo apresentado, referente ao eixo da biodiversidade é a meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão). Entre as atividades previstas estão visitas ao meliponário municipal e explicações sobre a organização e o modo de vida das abelhas, entre outras ações educativas. No eixo de resíduos sólidos, foi citada a atividade de coleta

Mônica

ML



FOLHA DE INFORMAÇÃO

seletiva nas escolas municipais, que consiste na implementação da coleta seletiva em 16 escolas do município por meio do Programa "Mauá Recicla". Já no eixo de poluição do ar, destacou-se a campanha de prevenção de queimadas que consiste em orientar os munícipes residentes próximos a áreas de vegetação sobre os cuidados necessários para evitar queimadas e incêndios florestais. O Plano contempla ainda os cronogramas anuais dessas atividades até o ano de 2030, estando disponível para eventuais consultas.

Quanto à avaliação do Plano Municipal de Educação Ambiental, no que se refere à qualidade das atividades desenvolvidas, ao cumprimento dos prazos, ao atendimento das metas e a outras ocorrências relacionadas, foi informado que essa avaliação será realizada pela Comissão de Educação Ambiental e apresentada ao Conselho de Meio Ambiente, agente importante no sentido de avaliar e acompanhar o andamento do Plano. Como método de avaliação, são utilizados indicadores baseados na Plataforma Brasileira de Avaliação e Monitoramento de Projetos e Políticas Públicas de Educação Ambiental. Esses indicadores foram propostos com base em diferentes dimensões, tais como: dimensão de diagnóstico, participação e construção coletiva, intervenção socioambiental, subjetividade/indivíduo, complexidade, dimensão institucional e dimensão da comunicação. Por fim, Pollyana informou as referências bibliográficas que podem ser consultadas e finalizou sua apresentação agradecendo a atenção de todos os presentes.

Na sequência, o Sr. Rogério agradeceu a apresentação da servidora Pollyana e abriu espaço para perguntas. A conselheira Patrícia questionou se as reuniões itinerantes fariam parte das reuniões do Conselho. Pollyana respondeu que as reuniões itinerantes serão realizadas com os agentes ambientais nas regiões de planejamento, conforme previsto no Plano. Patrícia também questionou se seria necessário aguardar a aprovação final do Plano para que as ações pudessem ser executadas. Em resposta, Pollyana esclareceu que algumas atividades previstas no Plano já ocorrem atualmente, enquanto outras ainda não, e que isso independe da aprovação formal, uma vez que a Secretaria de Meio Ambiente possui uma gerência de Educação Ambiental que já desenvolve essas atividades. Ressaltou ainda que, com a aprovação do Plano, a tendência é que essas ações sejam adequadas e aprimoradas para melhoria de suas atividades.

A conselheira Patrícia também questionou sobre a Plataforma Brasileira de Avaliação e Monitoramento de Projetos e Políticas Públicas de Educação Ambiental, se tratava da



FOLHA DE INFORMAÇÃO

mesma plataforma, a MonitoraEA (Sistema Brasileiro de Monitoramento e Avaliação em Educação Ambiental). Pollyana não tinha informações se tratava da mesma plataforma. Patrícia mencionou que a plataforma MonitoraEA está em desenvolvimento desde 2015 e que nela é possível cadastrar políticas públicas, leis e ações, além de realizar um levantamento desses cadastros. Patrícia comentou ainda sobre os Centros de Educação Ambiental e orientou aos demais conselheiros ficarem atentos ao chamamento do projeto Salas Verdes, coordenado pelo Ministério de Meio Ambiente, pois futuramente poderá haver oportunidade para a criação de uma Sala Verde. Pollyana informou que existe um Centro de Educação Ambiental localizado na Gruta Santa Luzia e que tem um processo administrativo em andamento para oficializar o local.

Após os esclarecimentos, o Sr. Rogério sugeriu que a servidora Cilene e a servidora Pollyana participem do Conselho, com o objetivo de atualizar os conselheiros sobre as ações e metas que estão em andamento na área de Educação Ambiental. A conselheira Patrícia acrescentou que essa participação seria importante para que o Conselho possa auxiliar, de alguma forma, na implementação dessas metas na prática.

O Sr. Rogério informou que, considerando a existência do espaço do Centro de Educação Ambiental na Gruta e havendo decreto que o oficialize, poderá ser criado um Plano Pedagógico de Educação Ambiental, o que conseqüentemente poderá resultar em pontuação no Programa Município Verde Azul e também contribuir para a criação de um arcabouço institucional de políticas públicas de educação ambiental. Ressaltou ainda que esse conceito deve ser permanente e contínuo, ou seja, a educação ambiental não deve ocorrer apenas no âmbito da gerência, mas envolver toda a sociedade.

O Sr. Rogério informou também sobre uma atividade que será realizada em conjunto com a SSU, voltada à educação ambiental. Destacou ainda a mobilização de atividades relacionadas ao Dia Mundial da Água, incluindo palestras, oficinas e uma caminhada que será realizada no dia 22 de março, com expectativa de grande participação. Acrescentou que a proposta não é tratar o Dia Mundial da Água como uma data comemorativa, mas como um momento de reflexão diante das condições atuais do planeta, também no que diz respeito à questão do plantio, da vegetação e do solo. Rogério também informou que, no mês de março, além do andamento do processo do Plano Municipal de Educação Ambiental, também será encaminhada à Câmara Municipal a Lei de Licenciamento Ambiental, na qual



FOLHA DE INFORMAÇÃO

estão sendo alterados alguns aspectos. Ressaltou que os conselheiros poderão encaminhar sugestões, informou que será enviada aos conselheiros a minuta da lei e que será tema de pauta da próxima reunião para apreciação. A conselheira Patrícia comentou ainda sobre a ausência da exigência por parte da Lei de Licenciamento e das agências técnicas relacionadas à educação ambiental.

O Sr. Rogério deu sequência à reunião tratando sobre a supressão arbórea, segundo item da pauta. Informou que este tema está sendo abordado pela terceira vez, pois nas duas últimas reuniões o Conselho não obteve quórum. Rogério pediu uma análise e aprovação dos conselheiros para utilização do Fundo de Meio Ambiente para realizar a supressão de árvores em situação de risco no parque Prefeito Oswaldo Dias e na Gruta Santa Luzia. Por esse motivo, foi convidado o servidor Everaldo, representante do Fundo de Meio Ambiente, para acompanhar o tema, uma vez que o Conselho de Meio Ambiente libera a solicitação e o Fundo de Meio Ambiente verifica se as despesas estão de acordo com a solicitação, para liberação. Assim, poderá ser iniciado o processo licitatório para a supressão das árvores, junto com o levantamento florístico. Rogério lembrou que, na reunião anterior, apresentou uma breve explicação sobre o levantamento florístico e ressaltou a questão das empresas que realizam a supressão de árvores a custos reduzidos, mediante aproveitamento. Citou como exemplo situações em que há orquídeas nas árvores ou quando estas possuem colônias de abelhas ou ninho de pássaros, que precisam ser realocados. Acrescentou que solicitará uma avaliação técnica para orientar quanto à destinação do material lenhoso proveniente das árvores que serão suprimidas. Também foi mencionada uma discussão existente ao longo dos anos sobre a substituição da vegetação exótica por uma vegetação nativa da Mata Atlântica. No entanto, ainda não há um plano de manejo definido. Informou que foi iniciado um processo com uma fundação do Estado para auxiliar na agilidade das ações de conservação. Executando-se por meio de decreto, a previsão é que os dois planos de manejo sejam concluídos no prazo de 5 anos. Com esses planos, será possível realizar a substituição por árvores nativas da Mata Atlântica.

O Sr. Rogério informou ainda que foi realizado um levantamento orçamentário, no qual se encontrou valores de até 300 mil reais para a execução da supressão das árvores, também encontrou orçamentos entre 130 mil e 150 mil reais, voltado à realização do levantamento florístico. No caso de aprovação do Conselho, posteriormente, será realizada uma reunião



FOLHA DE INFORMAÇÃO

com o Fundo de Meio Ambiente para tratar da gerência dos recursos necessários à realização do processo licitatório e, posteriormente, realizar a supressão das árvores que já estão licitadas pelos técnicos da Secretaria. Rogério também sugeriu que, em meados de junho, seja realizada uma discussão sobre o uso dos recursos do banco de mudas, bem como sobre projetos de educação ambiental e atividades que promovam a consciência ambiental.

Ressaltou ainda que a supressão das árvores é considerada de caráter emergencial, pois há dois anos é realizado o monitoramento dessas árvores. Algumas supressões já foram efetuadas e outras árvores acabaram caindo. Devido aos últimos eventos climáticos, foi necessário orientar o fechamento dos parques, nas condições de mau tempo, por medidas de segurança, para evitar risco aos frequentadores.

Foram encaminhados aos conselheiros os relatórios elaborados por engenheiros agrônomos referentes ao levantamento das árvores que se encontram em risco de queda, para apreciação. O Sr. Rogério informou também que os técnicos sempre orientam que o material que puder permanecer dentro dos parques seja destinado à produção de composto orgânico, para utilização em compostagem e adubação.

Informou ainda que está em desenvolvimento, com o auxílio da servidora Pollyana e supervisão da servidora Cilene, o Plano Municipal de Arborização Urbana, com expectativa de aprovação ainda neste ano, visto que é necessário estabelecer um plano com metas e ações. Encontra-se em discussão a contratação de empresas para realizar o acompanhamento do plantio, bem como a manutenção das árvores plantadas, especialmente nos primeiros dois anos, período que demanda maior cuidado, incluindo processos de adubação, irrigação e elaboração de relatórios.

No momento, a Secretaria não possui recursos suficientes para a realização dessas atividades. Dessa forma, a proposta é captar recursos por meio de projetos como o FEHIDRO, a fim de viabilizar um plano de renovação das árvores mais antigas, pois são árvores que já não produzem tanta oxigenação. O conselheiro Waldecir acrescentou que é favorável ao manejo, tendo em vista que as árvores mais antigas já não produzem tanto quanto antes.

Na sequência, o Sr. Rogério questionou se algum conselheiro era contrário à ideia de utilizar recursos do Fundo de Meio Ambiente para a realização da supressão de árvores, todos os



FOLHA DE INFORMAÇÃO

conselheiros se manifestaram favoráveis à iniciativa. O Sr. Rogério agradeceu a todos em nome do poder público e informou que dará continuidade ao processo, bem como às questões jurídicas com o Fundo de Meio Ambiente, a fim de abrir o processo licitatório. Ressaltou que todo processo licitatório deve passar previamente pelo setor jurídico, que dará a decisão final. Caso o setor jurídico entenda que não será possível utilizar os recursos do Fundo de Meio Ambiente, deverá ser buscada uma outra opção.

O Sr. Rogério informou ainda que estão sendo desenvolvidos trabalhos com termos de compensação ambiental em diversas frentes, incluindo a elaboração de planos de manejo dos parques para que possam se tornar unidades de conservação, com recursos diretos para execução, mediante acompanhamento de uma fundação, por meio de contato estabelecido com a USP, sem custos para o município. Esse processo permitirá classificar os parques como unidades de conservação e cadastro no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza). Também foi informado sobre a descoberta do caranguejo Aegla Tamandateí na Gruta Santa Luzia, processo que também está em andamento para registro no SNUC. Paralelamente, busca-se recurso para a elaboração dos planos de manejo, que demanda a contratação de uma empresa para realizar o levantamento da fauna, da flora, dos recursos hídricos, da densidade demográfica e das atividades realizadas dentro dos parques. O processo aguarda uma resposta positiva para que, posteriormente, seja apreciado pelo Conselho.

Por fim, o Sr. Rogério informou a respeito da cooperativa, que será lançado um novo edital, e que no dia 12 de março serão protocolados os envelopes. A expectativa é que não dará deserta. Foi elaborado um novo termo de referência, mais adequado à realidade das cooperativas, e uma comissão será responsável por avaliar a situação.

Encerrados todos os informes, o Sr. Rogério agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Mauricio
Estando todos de acordo, assinam esta Ata:

8



FOLHA DE INFORMAÇÃO

Estando todos de acordo, assinam esta Ata:

José Rogério Moreira Santana

Ema Del Carmen A. Silva Ferreira

Roberto Bergamaschi

João Sandro dos Santos

Waldecir Gonçalves Soares

Liliana Rondelli Fuentes

Patrícia Martin Alves Barbosa

Renato da Silva

Maria Mônica M. dos Santos